

Destinatários:

Comissões, GABSG, GABPAR, SAR

Sumário da Síntese semanal da atualidade europeia (semana de 16 a 20/12/2019):

1. SESSAO PLENARIA DO PARLAMENTO EUROPEU	1
Situação em Malta: Estado de Direito	1
Entrega do Prémio Sakharov e debate sobre a situação dos ui	gures na China 1
Comemoração do 10.º aniversário do Tratado de Lisboa	1
Debate sobre as conclusões do Conselho Europeu de 12 e 13	de dezembro 2
Eleição do novo Provedor de Justiça Europeu	2
2. BREXIT	2
Resultados das eleições no reino Unido	2
Próximos passos	3
3. CONFERÊNCIA SOBRE O FUTURO DA EUROPA	4
4. PACOTE DE OUTONO DO SEMESTRE EUROPEU	5
5. REUNIÕES DO CONSELHO DA UNIÃO EUROPEIA	5
Conselho de Agricultura e Pescas, 16 e 17 de dezembro	5
Conselho de Ambiente, 19 de dezembro	5
6. OUTROS ASSUNTOS	6
Manual do processo legislativo ordinário - PE	6
Acórdão do TJUE sobre os Deputados espanhóis eleitos a posse	no PE e que não tomaram 6
Taxonomia - o que são investimentos sustentáveis?	6
Estratégia ambiental de gestão do PE	7
7. AGENDA DA PRÓXIMA SEMANA	7



1. SESSÃO PLENÁRIA DO PARLAMENTO EUROPEU

Situação em Malta: Estado de Direito

Teve lugar um debate sobre o Estado de direito em Malta, no seguimento das investiagações sobre o homicídio da jornalista Daphne Caruana Galizia, tendo a Vice-Presidente da Comissão Europeia, Věra Jourová (Valores e Transparência) feito uma intervenção inicial, identificando algumas áreas fulcrais em que Malta tem de apresentar progressos e referindo que a incapacidade de Malta para realizar reformas judiciais pode levar à abertura de um procedimento ao abrigo do artigo 7.º do Tratado, no sentido de se verificar a existência de um risco manifesto de violação grave dos valores europeus.

No seguimento deste debate, em que intervieram os Deputados portugueses <u>Marisa Matias</u> (<u>CEUE/EVN</u>) e <u>Paulo Rangel (PPE)</u>, o PE aprovou uma <u>resolução</u> (581 votos a favor, 26 contra e 83 abstenções), em que considera existir um risco de comprometer as investigações enquanto o primeiro-ministro maltês estiver em funções. Além disso, expressa a preocupação com o facto de muitos outros inquéritos sobre casos conexos de branqueamento de capitais e corrupção não terem registado progressos.

Nesta resolução, o PE apela novamente ao governo maltês para que ponha termo ao seu regime de concessão de cidadania e de residência a investidores, o qual "consiste na venda efetiva da cidadania da UE".

Uma <u>delegação do PE deslocou-se a Malta a 3 e 4 de dezembro</u> para avaliar a situação no país e o <u>relatório desta missão</u> será discutido na comissão parlamentar das Liberdades Cívicas, da Justiça e dos Assuntos Internos no início do próximo ano.

Finalmente, a Mesa do PE da criou um "Prémio Europeu Daphne Caruana Galizia para o jornalismo de investigação", que será atribuído anualmente,

Entrega do Prémio Sakharov e debate sobre a situação dos uigures na China

O laureado foi o <u>ativista uigure Ilham Tohti</u>, que se encontra detido na China, tendo o <u>prémio sido recebido pela sua filha, Jewher Ilham</u>.

Comemoração do 10.º aniversário do Tratado de Lisboa

Os Presidentes das três instituições <u>assinalaram os 19 anos da entrada em vigor do Tratado de Lisboa e da Carta dos Direitos Fundamentais</u>, sendo de registar as intervenções do <u>Presidente do PE</u>, <u>as intervenções dos grupos políticos</u>, bem como as intervenções da <u>Presidente da Comissão</u> e do <u>Presidente do Conselho</u>.

1



Debate sobre as conclusões do Conselho Europeu de 12 e 13 de dezembro

Com a presença do novo presidente do Conselho Europeu, Charles Michel, e da Presidente da

Comissão Europeia, Ursula von der Leyen, teve lugar um debate sobre as <u>Conclusões do Conselho</u>.

Nesta discussão, foram enfatizados três temas principais: a ambição dos objetivos climáticos, apesar das conclusões mitigadas em função da posição da Polónia; a rejeição da proposta da Presidência finlandesa para o QFP 2021-27 e a necessidade de se estabelecer uma relação sólida com o Reino Unido após o Brexit.



Eleição do novo Provedor de Justiça Europeu

O <u>PE reelegeu Emily O'Reilly para Provedora de Justiça Europeia</u>, numa votação escrutínio secreto, tendo <u>O'Reilly</u> obtido, à terceira volta, 320 votos e Julia Laffranque 280 votos.

Este organismo tem como atribuição investigar queixas sobre casos de má administração nas instituições e órgãos da UE.No passado mês de fevereiro, o PE aprovou um <u>relatório de Paulo Rangel</u> sobre o estatuto e as condições gerais de exercício das funções do Provedor de Justiça Europeu.

2. BREXIT

Resultados das eleições no reino Unido

Os <u>resultados oficiais das eleições</u> para a Câmara dos Comuns foram os seguintes (entre parêntesis, a variação face à anterior Legislatura):

- Partido Conservador: 365 (+47)
- Partido Nacional Escocês: 48 (+13)
- Liberais Democratas: 11 (-1)
- Partido Democrático Unionista (DUP): 8 (-2)
- Sinn Fein: 7
- Plaid Cymru 4



- Partido Social Democrata e Trabalhista: 2 (+2)
- Verdes: 1
- Partido da Aliança: 1 (+1)

Por conseguinte, o Partido Conservador tem uma maioria de 80 mandatos na Câmara dos Comuns.

Próximos passos

A BBC preparou um guia útil para orientar a compreensão do que segue às eleições (General election 2019: What happens after the results?).

Em síntese, a Câmara dos Comuns foi investida no dia 18, tendo sido eleito o <u>Speaker Lindsay Hole</u> no



mesmo dia. O <u>discurso da Rainha (state opening)</u>, em que é <u>apresentado o programa do Governo</u>, teve lugar a 19 de dezembro.

Segundo a informação oficiosa que nos foi prestada pelo representante da Câmara dos Comuns em Bruxelas, o processo legislativo sobre o novo Withdrawal Agreement Bill (WAB) deverá estar completado na primeira semana de janeiro. Isto contempla 2 a 3 dias para apreciação na especialidade, o que aponta para a semana de 6 a 11 de janeiro para finalizar o procedimento nos Comuns. Segue-se uma quinzena para apreciação na Câmara dos Lordes, sendo que a data prevista para o assento real é entre os dias 20 e 27 de janeiro.

A biblioteca desta Câmara preparou uma <u>síntese comparativa</u> entre este novo Acordo de Saída e o anterior diploma, enfatizando as principais mudanças:

- os Deputados poderão vetar qualquer pedido de extensão além de 31 de janeiro de 2020;
- os Deputados terão direito de veto sobre o início das futuras relações com a UE, um papel de aprovação relativo ao mandato do Governo neste contexto e de validação de qualquer Tratado neste contexto.

Recorde-se que o PE terá de dar o seu assentimento ao acordo de saída, tanto ao nível da Comissão AFCO como de Plenário, estando agendada uma mini sessão plenária para os dias 29 e 30 de janeiro, o que teoricamente possibilitaria uma votação antes da data prevista para o Brexit (31 de janeiro de 2020).



3. CONFERÊNCIA SOBRE O FUTURO DA EUROPA

O PE adotou, ao nível da Conferência de Presidentes, a sua <u>posição</u> sobre esta Conferência, que será a base da resolução a adotar em janeiro pelo Plenário. Esta posição é uma base negocial para o diálogo com a Comissão Europeia e o Conselho, mas podemos identificar alguns traços gerais:

- Âmbito: o Plenário da Conferência deverá ser um fórum de discussões abertas e sem domínios previamente definidos. Haverá um Alto Nível de Patrocínio das três Instituições;
- **Organização:** <u>iniciará os seus trabalhos no dia da Europa (9 de maio de 2020)</u>, por dois anos. Todas as reuniões plenárias serão transmitidas em direto;
- Ágora dos cidadãos: serão organizadas seis Ágoras temáticas de cidadãos, em diferentes pontos da UE e de caráter representativo (máximo de 200/300 cidadãos, mínimo de 3 por Estado-Membro);
- Ágora da Juventude: deverão ser organizadas duas Ágoras da Juventude, uma no início da Conferência e outra no final. O intervalo de de idades será compreendido entre os 16 e os 25 anos;
- **Sessões Plenárias:** a Conferência reunirá em Plenário regularmente¹, ns instalações do PE. A primeira reunião deverá adotar um plano de ação e cada reunião adotará conclusões e um relatório dos grupos de trabalho;
- A Conferência será composta de parceiros iguais e haverá paridade entre o PE, o Conselho e os Parlamentos nacionais. A Plenária é composta por:
 - 135 deputados ao PE;
 - 27 representantes dos Estados-Membros (Conselho), a nível ministerial;
 - 2 a 4 Deputados por Parlamento nacional;
 - os 3 Comissários Europeus competentes;
 - 2 a 4 representantes do Comité Económico e Social e do Comité das Regiões;
 - 2 parceiros sociais ao nível da UE.
- Comité de Direção (Steering Committee): responsável pela preparação das reuniões plenárias, composto por Deputados ao PE, representantes da Presidência do Conselho, 3 Comissários;
- **Conselho Executivo de Coordenação**: composto por três representantes das instituições, responsável pela gestão corrente;
- **Secretariado**: com funcionários das três Instituições
- Resultado final da Conferência: as três Instituições deverão comprometer-se a dar o devido seguimento à Conferência, incluindo propostas legislativas ou alteração dos Tratados.

A Comissão Europeia deverá apresentar a sua visão e conceito sobre esta Conferência no dia 8 de janeiro de 2020 e a Resolução do PE deverá ser adotada a 15 de junho.

¹ Número de sessões a determinar.



4. PACOTE DE OUTONO DO SEMESTRE EUROPEU

A Comissão Europeia lançou formalmente o semestre europeu de 2020 com a apresentação do <u>Pacote de Outono</u>, composto pelos <u>seguintes documentos</u>:

- Estratégia Anual do Crescimento Sustentável 2020 (o que antes era a Análise Anual do Crescimento)
- Recomendação para a zona euro 2020
- Relatório do Mecanismo de Alerta 2020
- Proposta de Relatório Conjunto do Emprego 2020
- Relatório do desempenho do Mercado Interno
- Segundo relatório anual de monitorização da implementação do Programa de Apoio às reformas estruturais

A Comissão apresentou uma <u>síntese explicativa</u> deste Pacote de Outono, sendo de registar as intervenções do <u>Vice-Presidente Valdis Dombrovskis</u> e do Comissário <u>Paolo Gentiloni</u>, com a explicação política das principais linhas da estratégia de crescimento e de coordenação económicos..

5. REUNIÕES DO CONSELHO DA UNIÃO EUROPEIA

Conselho de Agricultura e Pescas, 16 e 17 de dezembro

Esta <u>reunião</u> debateu o progresso na reforma PAC pós 2020, com base num <u>relatório da</u> <u>Presidência</u>, tendo igualmente adotado <u>Conclusões sobre a ação da UE para proteger as florestas</u>.

Na configuração Pescas, o Conselho debateu e <u>adotou uma posição negocial</u> sobre os regulamentos relativos à situação da pesca do arenque e do bacalhau no Báltico, designadamente as alterações ao Fundo Europeu para as Pescas Marítimas (EMFF) e Plano multianual para o Báltico.

Além disto, o Conselho adotou Conclusões sobre o <u>bem-estar animal</u> e sobre o combate à <u>fraude</u> <u>alimentar.</u>

Conselho de Ambiente, 19 de dezembro

Os principais <u>resultados</u>, centrados em torno de um debate sobre o Pacto Ecológico Europeu, estão disponíveis, com base na <u>nota informativa preparatória</u> da Presidência.



6. OUTROS ASSUNTOS

Manual do processo legislativo ordinário - PE

A Unidade dos Assuntos Legislativos do PE publicou um manual do processo legislativo ordinário (co-decisão), para informar todos os intervenientes das principais etapas, informações práticas e organização desse processo. É um documento de leitura interessante e a versão em língua portuguesa pode ser consultada <u>aqui</u>.

Acórdão do TJUE sobre os Deputados espanhóis eleitos ao PE e que não tomaram posse

O Tribunal de Justiça da União Europeia (TJUE) proferiu um <u>acórdão</u> sobre a questão dos três Deputados eleitos por Espanha e que ainda não tomaram posse (demos nota da <u>opinião</u> do Advogado-Geral do TJUE na <u>síntese n.º 15</u>). O Tribunal vem considerar, a título de reenvio prejudicial, que Oriol Junqueras, vice governador da Catalunha na altura da consulta popular realizada na Catalunha a 1 de outubro de 2017 e eleito Deputado ao PE Europeu em maio de 2019, deveria ter sido libertado da prisão a partir do momento em que os resultados das eleições foram declarados oficiais, pois passou a beneficiar da imunidade parlamentar conferida aos Deputados: "Um Deputado eleito ao PE adquire esse estatuto como resultado e em consequência do anúncio dos resultados das eleições."

O Presidente do PE anunciou um <u>pedido de análise</u> das implicações deste acórdão ao Serviço Jurídico do PE, solicitando às autoridades espanholas que acate o disposto em conformidade.

Taxonomia - o que são investimentos sustentáveis?

O PE e o Conselho chegaram a acordo, em trílogo, sobre o <u>Regulamento "Taxonomia</u>", que é um sistema de <u>classificação das atividades económicas sustentáveis.</u> A Comissão Europeia disponibilizou um <u>explicador</u> sobre este quadro de referência sobre aquilo que são atividades económicas sustentáveis, em torno de seis objetivos ambientais:

- 1) Mitigação das alterações climáticas
- 2) Adaptação às alterações climáticas
- 3) Uso sustentável e proteção da água e dos recursos marinhos
- 4) Transição para uma economia circular
- 5) Controlo e prevenção da poluição
- 6) Proteção e restauração da biodiversidade e dos ecossistemas

Este acordo é particularmente importante no quadro do **Pacto Ecológico Europeu** e dos incentivos ao financiamento, nomeadamente a ambição de transformar o Banco Europeu de Investimentos no banco europeu para o clima.



Estratégia ambiental de gestão do PE

O *Bureau* do PE (equivalente ao Conselho de Administração da AR) <u>adotou um conjunto de medidas de gestão ambiental</u> 2019-24 para reforçar a estratégia que tem vindo a ser seguida neste domínio, sendo de destacar os seguintes objetivos:

- reduzir a pegada carbónica em pelo menos 40% comparativamente a 2006;
- reduzir as emissões de carbono resultantes do transporte de pessoas em 30% relativamente a 2006;
- reduzir o consumo de energia em pelo menos 20% em relação a 2012;
- reduzir o consumo de papel em 50% relativamente ao período 2010-14.

7. AGENDA DA PRÓXIMA SEMANA

Não terão lugar trabalhos parlamentares até dia 6 de janeiro de 2020.

O <u>agendamento indicativo das reuniões da Comissão</u> pode ser consultado <u>aqui</u>, sendo que a próxima reunião do Colégio está prevista para o dia 8 de janeiro.

As reuniões do Conselho, cuja calendarização está disponível <u>aqui</u>, retomarão a 20 de janeiro de 2020.

Estrasburgo 20 de dezembro de 2019

Para mais informações: Bruno Dias Pinheiro | +32 493 39 99 73

Para consultar as Sínteses anteriores, clique aqui.